

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA*

Renata da Silva Oliveira

Este estudo tem como subsídio a análise do processo da concepção do professor ao longo do processo histórico, para pontuar questões relacionadas às teorias de formação dos professores e a prática educativa. São apresentados objetivos como: analisar a educação como processo de ensino e aprendizagem; dar condições aos leitores de perceberem novos saberes à prática educativa e resgatar o ensino e a função de educar. Por fim, o profissional da educação precisa encontrar e sentir-se parte do processo educativo, em busca de ser um transformador consciente da sociedade.

A função da escola e as práticas dos professores são constantemente alvos de questionamentos no contexto social, principalmente quando se discute a educação escolar como ponto fundamental na formação do sujeito.

Nessa discussão sobre a educação, um dos fatores observados é a formação dos educadores e suas práticas de ensino. Os professores muitas vezes se encontram em total desmotivação, devido às circunstâncias e dificuldades da profissão, e passam por momentos de conflitos quanto à sua formação profissional. Esse ensaio pretende contribuir com a percepção dos leitores ao denotar o educador como um aprendiz, com limitações humanas e, por isso, é viável discutir a formação do mesmo.

Com base na temática de Freire (1996), pretende-se esclarecer que a formação docente deve causar a indagação no educador desafiando-o à apropriação de saberes que são necessários à prática educativa. O que se faz necessário entender, para alcançar esses saberes é que a realidade do professor hoje não é consequência do acaso. Pelo contrário, sua situação de vida, suas práticas, suas crenças, estão intimamente ligadas às situações históricas de participação. Diante disso percebe-se a formação do profissional da educação, como ponto de partida para permear saberes e práticas, na vida do educando.

Discute-se, segundo Freire (1996), a autonomia dos educandos, os recursos que os educadores precisam buscar para adquirir novas práticas, aprender a pesquisar, ser um docente discente. Enfim, tudo aquilo que leva o educador a valorizar a sua profissão e o discente, como indivíduo capaz de administrar as suas próprias idéias. Na perspectiva

* Ensaio apresentado ao Instituto Superior de Educação, da Faculdade Alfredo Nasser, como requisito parcial para conclusão do curso de Pedagogia, sob orientação do Prof. Ms. Milton Luiz Pereira.

freireana será observada a reflexão crítica que o professor necessita sobre a prática. Considera-se também por meio de Brandão (1995) a educação como emancipação do sujeito. É mister citar a autora Aranha (2006) a respeito da prática docente, professores reflexivos e transformadores. No ensaio são apresentados relatos de Cunha (2004) que faz discussões por meio de pesquisas realizadas com alunos do ensino médio e superior.

Ao discutir sobre formação de professores acredita-se na necessidade da compreensão de aspectos da educação tais como: perceber o profissional como um indivíduo, que luta para realizar sua profissão de educador, e o aluno como um ser pensante, capaz de construir juntamente com o educador seu aprendizado, estimulando dessa maneira o prazer de estudar. Dessa forma, fica claro que a formação do educador vai depender de como se dá o processo educativo. Dessa maneira, é peculiar citar Brandão (1995, p. 9) quando relata que “Não há uma forma única nem único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor, o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

De acordo com Brandão (1995) a educação faz parte de um todo na sociedade e deve ser para todos, a escola não é o único lugar em que ela ocorre, ou seja, nessa colocação é visível que a educação está condicionada ao processo de transformação social por meio de práticas educativas, e a escola aparece como espaço privilegiado da aquisição dos saberes sócio-culturais historicamente construídos. Segundo Freire “É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado.” (1996, p. 25).

A preocupação é a de que seja visível a percepção do professor em relação a sua docência. Deve-se observar em suas práticas e não se subjugar em relação ao que já sabe ou que aprendeu. Precisa ser despertada a necessidade de pesquisar na prática do ensino-aprendizagem, ou seja, na sua formação profissional. Pois segundo Brandão, “[...] ninguém escapa da educação. Todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar [...] todos os dias misturamos a vida com a educação.” (1995, p. 7).

Ao citar o professor como profissional da educação refere-se ao indivíduo que busca se profissionalizar no que faz, ou seja, a busca da formação como continuação de sua pesquisa e aprendizado. O educador deve estar em constante pesquisa preparando-se e formando-se continuamente. Ao falar em formação continuada, ela é pensada como uma formação sem fim.

Esse pressuposto não está fora da realidade, pois a palavra continuada quer dizer contínuo, ou seja, sem interrupções. Percebe-se, assim, de maneira clara que na formação do professor não pode haver interrupções no sentido de não parar. Esse fator relevante deixa claro que o profissional deve permanecer em contato com a pesquisa, estudos, análises, na sua prática educativa. Freire esclarece essa questão:

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. [...] O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor. (1996, p. 103).

Segundo Freire, “[...] por isso é preciso que, na formação permanente dos professores o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática, de maneira que se pense na prática de hoje ou de ontem para melhorar a próxima.” (1996, p. 44). Conforme essa premissa o professor tem a necessidade de conhecer, e fazer a própria análise daquilo que está conhecendo. E esse fator dá a possibilidade do educador perceber como está a sua formação. Como ele está desenvolvendo a sua prática mediante o ensino obtido.

De acordo com Aranha, os outros cursos de licenciatura devem ser observados e vistos como superação da profissão docente e ela ressalta que:

A revalorização da profissão docente deve começar pelos cuidados com a formação do professor. Tornar os cursos de pedagogia momentos efetivos de reflexão sobre a educação é condição para a superação da atividade meramente burocrática em que mergulham muitos desses cursos. (2006, p. 43).

Segundo a autora os cursos de pedagogia e as licenciaturas devem proporcionar uma compreensão sistematizada da educação, a fim de que o trabalho pedagógico se desenvolva para além do senso comum e se torne realmente uma atividade intencionada.

No entanto, a autora acredita que se devem dominar também além dos aspectos teóricos, os recursos técnicos, desenvolvendo as habilidades que viabilizam a atividade docente, e agregando elementos que possibilitem uma *práxis* educativa reflexiva. De acordo com Aranha, “O professor é um profissional e, como tal, além da boa formação deve ter garantidas condições mínimas para um trabalho decente.” (2006, p. 45).

De acordo com Aranha (2006) embora sejam importantes as instituições voltadas para a formação de professores e pedagogos, a história mostra um panorama diferente, de interesse tardio e nem sempre persistente nesse empenho. Para ela desde os séculos XVII e XVIII; quando começaram as escolas à semelhança das atuais preparações dos mestres era encargo principalmente das ordens religiosas fornecerem tal educação, o Estado só passou a se

interessar pela organização da escola pública e formação dos professores a partir do século XIX.

Ainda conforme a autora, o descaso pelo preparo do mestre fazia sentido em uma sociedade não comprometida em priorizar a educação elementar. Além disso, prevalecia à tradição pragmática de acolher professores sem formação, conforme o pressuposto de que não havia necessidade de nenhum método pedagógico específico. Essa tendência, embora começasse a ser criticada pelo governo, predominaria ainda por muito tempo, em decorrência da concepção “artesanal” da formação do professor.

Assim, em 1937, diplomaram-se os primeiros professores licenciados para o ensino secundário. Após a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) manteve os cursos universitários de pedagogia e criaram os Institutos Superiores de Educação, voltados para a formação de professores da educação básica (curso normal superior), a formação pedagógica e a educação continuada para profissionais da educação.

Os cursos de magistério de nível secundário continuam preparando professores para a educação infantil e as primeiras séries do ensino fundamental, exigindo-se para o restante a formação superior. No entanto, a intenção é que com o tempo todos os professores de qualquer nível tenham formação universitária. Pelos relatos de Aranha (2006) é visível a necessidade dos educadores em buscar o conhecimento através da formação, ou seja, é necessária uma busca pelo saber que vem acompanhada de interesse e vontade de crescer, que abole o mero profissional da educação.

A LDB de 1996 ressalta que os professores precisam adquirir formação para atuar no campo da educação, e essa preparação é que vai influenciar a relação entre prática e teoria. Pois, o educador precisa se desenvolver na sua prática docente, como cientista da educação. Nos artigos 61 e 62 da LDB é possível constatar que:

Art. 61. A formação de profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacidade em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena; em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Muitos professores têm buscado essa formação que a própria lei exige. Nota-se por parte do profissional a preocupação de adquirir novos conhecimentos, já por parte do Estado isso não é tão visível assim. A preocupação foi fortalecer a lei, mas cumprir isso pouco acontece. Não é de hoje que a preocupação do Estado está longe dessa classe. É claro que com o passar do tempo notam-se muitos avanços na área do ensino, mas ainda há muitas práticas que acontecem no presente que revelam que o velho ainda reflete sobre o novo, não só no ensino, ou nos que ensinam, mas entre os que governam esse ensino.

Nesse sentido Nóvoa diz que:

Repensar a escola hoje é, antes de mais, trazer para o cenário educativo este “vértice perdido”, sublinhando a importância de uma participação que não se esgota no nível profissional, nem no plano do Estado. É procurar encontrar novas respostas para um velho problema. (1998, p. 20).

O autor ressalta a necessidade da participação do profissional e do Estado para que seja encontrada a solução para esse velho problema. O pesquisador propõe uma reflexão organizada em três tempos, procurando interrogar as relações entre a escola e a sociedade, sobretudo a partir de uma análise centrada nos caminhos e descaminhos da profissão docente. Na primeira, ele alerta contra os perigos das visões extremas da escola, ora como salvadora ora como mera reprodutora da sociedade. Na segunda parte, o autor chama atenção sobre a crise de identidade dos professores, sublinhando a necessidade de um reforço da sua autonomia profissional. Finalmente, ele faz de dois argumentos na terceira parte, defendendo que qualquer mudança no terreno educativo tem de passar por um investimento positivo dos diversos poderes em ação na arena educativa.

De acordo com Nóvoa (1998), os professores têm de afirmar a sua profissionalidade num universo complexo de poderes e de relações sociais, não abdicando de uma definição ética, em certo sentido militante na sua profissão, não alimentando utopias excessivas que se viram contra eles, obrigando-os a carregar nos ombros o peso de grande parte das injustiças sociais. É nesse sentido que o professor deve encarar a realidade de que não é o salvador da pátria, e não deve assumir irresponsabilidades que não atribuídas ao seu papel de educador. A educação precisa de fato ser uma realização de todo um meio social. A educação está inserida em tudo que o ser humano projeta, então, o profissional não pode se comportar como um ser fragmentado e tem que ter consciência da sua importância na sociedade ainda que as autoridades não reconheçam o trabalho docente.

Segundo Giroux (apud MOREIRA; SILVA, 2002, p. 130) “[...] a educação do professor constitui um conjunto de práticas institucionais que raramente resulta na radicalização dos professores”. O autor está se referindo os programas de formação que dificilmente estimulam os licenciados a levar a sério o papel do intelectual que trabalha em benefício de uma visão emancipatória, embora não esteja, com isso, afirmado que os críticos das escolas não tenham apresentado propostas destinadas a radicalizar os programas de formação de professores; pelo contrário, o problema tem sido que, quando essas propostas realmente aparecem, em geral ou não passam de celebrações de métodos de investigação e de instrução mais refinados e reflexivos ou então não conseguem libertar-se da prisão da crítica.

Giroux (apud MOREIRA; SILVA, 2002) ainda esclarece que, apesar do empenho em problematizar o conhecimento e unir à teoria a prática, esse tipo de esforço pedagógico não consegue conceituar a educação do professor como parte de um projeto político mais amplo ou da luta social em geral. Observa ainda que: “[...] muitos dos problemas atualmente associados à formação de professores indicam a falta de ênfase, no currículo dessa formação” (p.133). Os cursos de formação precisam de uma verificação curricular, uma avaliação do currículo, o que está sendo ensinado aos professores. Um olhar reflexivo e crítico sobre o ensino na formação docente são necessários.

Para que aconteça um “ensino radical” a formação de professores envolve, como principal tarefa, a criação de modelos teóricos que forneçam um discurso crítico para analisar as escolas. “No contexto de um currículo como forma de política cultural, a meta primordial da educação é criar condições para o fortalecimento do poder individual e autoformação dos alunos como sujeitos políticos” (GIROUX apud MOREIRA; SILVA, 2002, p. 139-140). Percebe-se acerca do currículo a necessidade dos educadores em respeitar a cultura de cada aluno, pois se eles tratarem as histórias, experiências e linguagens de diferentes grupos culturais como formas particularizadas de produção, terão menos dificuldade de entender leituras, respostas e comportamentos que os alunos exibem.

Por isso, o professor precisa ter bases pedagógicas que sirvam à aprendizagem dos alunos, respeitando essa cultura. De fato, é importante que na formação docente o professor abranja o contexto da educação em sua totalidade. Tem que ser um educador consciente e conhecedor, considerando a cultura de todos os educandos, e respeitando-os na sua diversidade. A educação não é um fator distante da vida do indivíduo e sim comum.

Muitas vezes o que dificulta o aprendizado e o ensino é a falta de compreensão da cultura de cada um. Mediante essas questões Brandão (1995, p. 10), relata que “A educação é,

como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Portanto, os professores devem reconhecer e considerar que o discente não está totalmente vazio, que ele já traz consigo alguns saberes. Segundo Brandão, “[...] o educador imagina que serve ao saber a quem ensina, mas, na verdade, ele pode estar servindo a quem o constituiu professor.” (1995, p. 11).

No entanto, o educador deve permear como um influenciador, sem descartar a cultura de cada educando, propondo-lhe novos saberes através de suas próprias interrupções. Demo ressalta bem essa questão ao afirmar que “A aula que apenas repassa conhecimento, ou a escola que somente se define como socializadora de conhecimento, não sai do ponto de partida, e na prática, atrapalha o aluno porque o deixa como objeto de ensino e instrução”. (2002, p. 7).

De acordo com Demo (2002), é evidente que o educar pela pesquisa é um desafio, mas é compensativo e faz toda a diferença na história do educando. Para Demo (2002) é mister desenvolver a face educativa da pesquisa, também para não restringi-la. Há momentos de acumulação de dados como leituras, materiais, experimentos, que não passam de insumos preliminares. Na pesquisa é incluída a percepção do pesquisador que busca em fazê-la à medida que começa e se reconstitui pelo questionamento sistemático da realidade, incluindo assim a prática como componente necessário da teoria, e vice-versa, englobando a ética dos fins e valores.

Freire é claro ao ressaltar que “[...] não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (1996, p. 32). O que o autor coloca é que essas dimensões andam juntas e não têm como se separarem. Sem a pesquisa não é possível desenvolver um estudo, não há como falar que houve novas práticas; a pesquisa deve permitir conhecer o que não se conhece e, depois de feita, deve ser anunciada ou comunicada. No entanto, o profissional da educação não pode abrir mão da sua formação; o saber e as práticas educativas só acontecem por meio de pesquisas e estudos.

Para Freire (1996) é peculiar analisar os saberes que são necessários à prática educativa e fazer relação entre os mesmos e à formação docente. O necessário acontecimento que deve motivar os educandos é o desejo de aprender segundo Freire (1996) esse desejo deve ser provocado nos discentes sem alienação. Deve ser um aprendizado no qual todos aprendem e ensinam ao mesmo tempo, dando sentido assim, a reconstrução do conhecimento por meio de suas próprias práticas alcançando os saberes de forma clara.

Segundo Freire (1996, p. 23) “[...] não há docência sem discência” e, ao mesmo tempo em que um ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, essa é a possibilidade da reconstrução partindo da realidade do educando. É visível, dessa maneira, o acontecimento da prática educativa, que se faz necessário no aprendizado de alunos e no ensino dos educadores. A prática educativa não é simplesmente uma mudança de comportamento, mas de acordo com os relatos de Freire (1996), não tem como separar os acontecimentos no cotidiano dos alunos e nem marcar horários para que aconteça o aprendizado, mas se deve aproveitar cada momento vivenciado pelos educandos seja em qual for o lugar ou situação, essa prática automaticamente virá, sem ser um programa. Discute também nesse mesmo pensamento Cunha quando observa que:

A vida cotidiana é a objetivação dos valores e conhecimentos do sujeito dentro de uma circunstância. É através dela que se faz concreta a prática pedagógica, no caso do professor. É tentar descobrir como ele vive e percebe as regras do jogo escolar, que idéias vivencia na sua prática e verbaliza no seu discurso e que relações estabelece com os alunos e com a sociedade em que vive. (2004, p. 35).

O professor precisa se importar com essa questão de estabelecer relações entre o que se fala e o que se vê. Ou seja, entre o que ensina e o que aprende, é necessário que o aluno ouça, veja e pegue, dessa maneira, haverá a mediação do ensino e a vivência de fatos ocorrentes na sociedade. A preocupação da autora é realmente de esclarecer que o professor é muito mais feliz e realizado quando ocorre essa verbalização, quando o difícil fica fácil, pois ele se faz um facilitador e não aquele que dificulta. Segundo a autora é de suma importância discutir o cotidiano e para um entendimento acerca dessa realidade ela faz uma análise fenomenológica que abstém-se de qualquer hipótese causal ou genética.

Nesta perspectiva, a vida cotidiana está organizada em volta do aqui e do agora, do presente do sujeito. A autora ressalta ainda que, todavia, este lança mão de outros fenômenos que não são presentes para interpretar a realidade. Fenomenologia significa o discurso sobre aquilo que se mostra como é. Assim, o ver fenomenológico que a autora faz menção é o que o cotidiano produz, através de experiências, formas diversas de perceber a realidade, que passam pelos sentidos, lembranças e emoções. Cada sujeito é único com sua história própria que lhe permite dar significado à experiência e construir o cotidiano.

Para acontecer essa prática é necessário levar em conta o mundo que rodeia o sujeito e ver como o objeto se apresenta na sua experiência, pois o mesmo fato pode ter significados diferentes para pessoas diferentes. Desse modo, percebe-se que a realidade da vida cotidiana também inclui uma participação coletiva.

O que é bastante enfatizado por Cunha (2004) é que a prática educativa só acontece de fato quando é analisada a vida cotidiana dos educandos: “O existir na vida cotidiana é estar continuamente em interação e comunicação com os outros e os significados próprios são partilhados com os significados das outras pessoas, que vivem também o cotidiano” (2004, p. 36). Essa vivência deve ser participativa entre todos.

Para Freire (1996, p. 43) “[...] o saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito”. Nessa perspectiva, é que surge a curiosidade epistemológica do sujeito, ou seja, esse é o fundamento que precisa existir na prática da formação do docente. O autor coloca ainda que para se pensar certo não são necessárias regras de deuses ou guias de professores intelectuais, pelo contrário, o pensar certo supera o ingênuo, tem que ser produzido pelo próprio aprendiz, juntamente com o professor formador.

É notável que aquele professor que se preocupa com o aprendizado dos alunos se dispõe em ter um ótimo relacionamento, sendo realmente um orientador que estimula nos educandos o prazer e o desejo pelo ensino, promovendo assim, novas práticas. E de acordo com Cunha:

Um professor que acredita nas potencialidades do aluno, que está preocupado com sua aprendizagem e com o seu nível de satisfação com a mesma, exerce práticas de sala de aula de acordo com esta posição. E isto também está indicado na relação professor-aluno. (2004, p. 71).

Cunha (2004) desenvolveu uma pesquisa com alunos do ensino médio e superior identificou que os alunos não apontam como melhores os professores os chamados “bonzinhos”, ao contrário, o aluno valoriza o professor que é exigente, que cobra participação e tarefas, pois ele percebe que esta é também uma forma de interesse articulada com a prática cotidiana da sala de aula, numa perspectiva problematizadora. E esses saberes são necessários à prática educativa o professor realmente precisa conhecer como o aluno se sente e pensa em relação ao que esta sendo ensinado e até mesmo a respeito do profissional. Nessa pesquisa, Cunha (2004) ressalta o valor que os alunos dão ao prazer de aprender, algo que se poderia traduzir como um clima positivo na sala de aula. O “senso de humor do professor”, “o gosto de ensinar”, “o tornar a aula agradável, interessante” são aspectos que eles apontam como fundamentais.

Dessa maneira, o profissional da educação é o agente transformador, é através dele que surge a pesquisa e a vontade de estudar, a curiosidade e a necessidade. Muitos educadores têm essa percepção do que são e do que podem fazer na sociedade.

De acordo com Cunha em sua investigação, “[...] muitos professores estão em conflito com o dever-ser e estão à procura de uma nova relação que implique a redefinição de seu papel” (2004, p. 156). Significa dizer que em muitas situações eles exercem atitudes de acordo com a expectativa do dever-ser, mas em outras, procuram construir um novo papel, um novo dever-ser, que responda a uma nova idéia de professor. O fato é de que ser um bom professor exige saber aonde se quer chegar, traçando metas e objetivos.

Portanto, o professor, em vez de expor e explicar somente, deve perguntar, problematizar situações. Concentrar-se em fazer interrogações aos alunos, deixando que eles mesmos façam as exclamações. De acordo com Burke:

A aprendizagem só pode ser realizada pelo próprio sujeito que aprende. Isso tem, é evidente, uma implicação profunda para toda a metodologia de ensino. É o aluno que deve pôr em ação seus mecanismos ou esquemas de assimilação, seus mecanismos operatórios, suas estruturas, seus conhecimentos. (2003, p. 46).

O professor reflete os valores, as ideologias e os princípios estruturais que dão sentido às histórias, à cultura e às subjetividades que definem o trabalho do dia-a-dia dos educadores. Por isso, é de suma importância discutir sobre o profissional da educação e sua formação.

Nota-se que estudar o profissional da educação é muito mais que julgá-lo como um ser pouco pensante, ou preocupado apenas com o salário, ou ainda um ser que acredita simplesmente na sua profissão. No entanto, deve-se estudar o cotidiano do professor para compreender os fenômenos sociais que o cercam e, com esta compreensão, entendê-lo nesse contexto.

Portanto, apesar da política não dar o valor formal ao professor, a sociedade (alunos) valoriza bastante o papel docente. Nesta valorização aparece a idéia do professor que responde aos desafios de uma sociedade moderna, industrializada.

É perceptivo que aqueles professores que buscam compreender o cenário da educação na sua prática educativa têm clareza os caminhos que escolheram para alcançar as modificações sociais e dão ao papel docente uma dimensão mais ampla do que apenas o contato com os alunos na sala de aula. Entretanto, a formação do educador é um processo, acontecendo no interior das condições históricas em que ele mesmo vive. É uma realidade que se faz na sua vida diária.

O que se constata na educação e com base nas discussões de autores citados nas referências bibliográficas é que a educação de professores tem sido mais efetiva pelas influências da prática educativa, e essa questão pode influir no repensar dos cursos de formação de professores. Os esforços dos cursos de Licenciatura e de Pedagogia têm sido maiores sobre a formação do futuro professor, tendo uma compreensão mais teórica do que prática.

A história e as práticas educacionais do aluno, assim como o seu exercício educacional futuro, têm sido pouco priorizadas nas ações universitárias e nas demais instituições que se envolvem com a educação de professores. No entanto, não bastam esforços na formação prévia do professor. É preciso estender ações e influências sobre o professor em exercício, favorecendo situações de análise e reflexão sobre a sua própria condição e experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro nesse ensaio que o desafio de educar uma sociedade é grande, e quem poderá vencer esses desafios serão somente aqueles docentes que estão realmente preocupados com a sua prática. Buscando ainda o esforço coletivo para reconhecer e refletir sobre as contradições da sociedade, para promover avanços na educação brasileira.

Conclui-se dessa maneira que os saberes necessários à prática educativa deixam o educando agir o que significa administrar as suas próprias idéias, partindo da construção para a reconstrução. Deve ser concedido ao discente o direito de pesquisar, investigar, ensinar e aprender ou aprender e ensinar.

Ao profissional da educação fica claro, primeiramente, o dever de se tornar um ser consciente de seu papel de educar. Propondo as praticas de modo que o ensinar não se torne transferir e nem o formar dá forma a alguém.

Assim, em todo processo educativo como ler, escrever, pesquisar, enfim aquilo que envolva aprendizagem do aluno deve desafiá-lo a confrontar situações e problemas de um mundo real e não imaginário. Por isso, o processo de aprendizagem não pode ficar somente no achismo, ou apenas na teoria insignificante, mas precisa fundamentar o ponto de vista e tornar significativa a teoria. Isso depois de provocar no aluno o desejo, “a curiosidade epistemológica” que, na perspectiva freireana, dá um sentido ao seu fazer. É fundamental que a incorporação da teoria lhe proporcione a compreensão e solução fundamentada das situações e problemas da vida. Após esse processo, o aluno estará capacitado a ter um

pensamento crítico e expressar-se com fundamento. Sabendo a razão pela qual afirma aquilo que afirma, desenvolvendo, assim, o espírito investigatório. Quando no seu cotidiano aparecer situações intrigantes e problemas inusitados a resolver, sua mente estará mais preparada para achar caminhos que levem à sua compreensão e solução.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

BURKE, Thomas Joseph. **O professor revolucionário: da pré-escola à universidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 16. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 5. ed. Capinas SP: Autores Associados, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1998.